



PROCESSO	: 2020 23000 0000179
UNIDADE GESTORA	: 248700 - Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins
EXERCÍCIO FINANCEIRO	: 2019
ASSUNTO	: Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA	: Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 041/2020/PCA/CGE
SGD Nº 2020 09049 001262

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos à análise da Prestação de Contas Anual do **Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins - FUNSAÚDE**, vinculado à **Secretaria da Administração - SECAD**, nos termos do inciso XII do artigo 3º da Lei Estadual nº 2.735/2013 e do Decreto Estadual nº 6.037/2020.

1. COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Examinando o processo de Prestação de Contas Anual do período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019 do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins, verificou-se que o mesmo está constituído com as peças previstas no art. 10 da Instrução Normativa TCE nº 006/2003, tendo sido protocolado na Controladoria-Geral do Estado no dia 31 de janeiro de 2020, estando dentro do prazo que determina o inciso II, art. 4º do Decreto Estadual nº 6.037, de 28 de janeiro de 2020.

2. DA ANÁLISE CONTÁBIL

2.1 Do Responsável

a) O Departamento de Contabilidade no exercício de 2019 estava sob a responsabilidade da servidora **Márcia de Sousa Ribeiro** – Contadora.

b) A contadora que assinou os demonstrativos contábeis apresentou a regularidade de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade – CRC/TO nº 005359/O, conforme certidão, fls.44.



2.2 Das Demonstrações Contábeis de Natureza Orçamentária, Financeira e Patrimonial

As informações a seguir foram obtidas a partir dos Demonstrativos Contábeis de fls. 100 a 161, relativos ao exercício de 2019, tendo sua confiabilidade verificada junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Tocantins (SiafeTO).

2.2.1 Balanço orçamentário

a) O Balanço Orçamentário é a demonstração contábil que tem a finalidade de evidenciar as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas.

b) O Orçamento para o exercício de 2019, aprovado pela Lei Orçamentária Anual nº 3.434, de 02 de abril de 2019, que estimou a receita e fixou as despesas do Poder Executivo para o exercício financeiro de 2019 determinou como crédito inicial o valor de R\$ 298.150.000,00 (duzentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta mil reais), sendo o valor autorizado de R\$ 298.150.000,00 (duzentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta mil reais), considerando as movimentações orçamentárias durante o exercício de 2019, conforme demonstrado no Anexo 11 - Por Fonte, às fls. 105 e 106.

2.2.1.1 Receita realizada

a) Houve arrecadação, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 103, no valor de R\$ 189.557.218,85 (cento e oitenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), tendo em vista que o órgão se trata de agente arrecadador, como detalhado no quadro abaixo.

b) A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um nível regular de execução, com percentual médio de 63,58%, do previsto, justificado à fl. 156, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Recitas correntes	298.150.000,00	189.557.218,85	63,58
TOTAL	298.150.000,00	189.557.218,85	63,58

FONTE: SiafeTO anexo 10 sem Fonte por UG

FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
242 – Recursos Próprios	298.150.000,00	189.557.218,85	63,58
TOTAL	298.150.000,00	189.557.218,85	63,58

FONTE: SiafeTO anexo 10 por UG (Fonte)



2.2.1.2 Despesa executada

A execução da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um nível regular de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de 61,99%, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas correntes	238.370.000,00	184.817.629,73	77,53
Despesas de capital	150.000,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	59.630.000,00	0,00	0,00
TOTAL	298.150.000,00	184.817.629,73	61,99

FONTE: SiafeTO - Anexo 2

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
242 – Recursos Próprios	298.150.000,00	184.817.629,73	61,99
TOTAL	298.150.000,00	184.817.629,73	61,99

FONTE: SiafeTO- Anexo 11 por Fonte

2.2.1.3 Despesas de exercícios anteriores

Despesas de Exercícios Anteriores (DEA) referem-se às dívidas reconhecidas para as quais não existe empenho inscrito em Restos a Pagar, seja pela sua anulação ou pela não emissão da nota de empenho no momento oportuno. Originam-se, assim, de compromissos gerados em exercício financeiro anterior àquele em que deva ocorrer o pagamento, para o qual o orçamento continha crédito próprio, com suficiente saldo orçamentário, mas que não tenham sido processados naquele momento.

Como se vê no comparativo da despesa, orçada, autorizada e realizada, às fls. 101 e 102, o montante das Despesas de Exercícios Anteriores realizada até 31/12/2019 foi de R\$ 62.098.075,19 (sessenta e dois milhões, noventa e oito mil, setenta e cinco reais e dezenove centavos) que equivale aproximadamente 33,60% do total das despesas realizadas no período R\$ 184.817.629,73 (cento e oitenta e quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos).

O que pode analisar é que estas despesas por não estarem previstas ou insuficientemente dotada no orçamento, causam a movimentação de dotações orçamentárias para sua cobertura, impactando na execução orçamentária do exercício e prejudicando em alguns casos o alcance de metas e, ainda, indicando descompasso entre o que foi previsto nos instrumentos de planejamento.

2.2.1.4 Das alterações do orçamento inicial

O orçamento inicial do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins foi de R\$ 298.150.000,00 (duzentos e noventa e oito milhões, cento e



cinquenta mil reais), sendo suplementado o valor de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais), e reduzido o valor de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) perfazendo um montante autorizado de R\$ 298.150.000,00 (duzentos e noventa e oito milhões, cento e cinquenta mil reais), conforme Balancete às fls. 138 a 153.

As suplementações no orçamento inicial do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins, refletem um aumento de 0,02%, o que significa dizer que o limite de solicitação de abertura de créditos adicionais suplementares está dentro dos limites autorizados na Lei Orçamentária Anual de 2019 que é de 30% em cada esfera orçamentária fixada.

2.2.1.5 Do Déficit/Superávit Orçamentário

O Balanço Orçamentário, às fls.110 e 111, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, apresenta superávit de R\$ 4.739.589,12 (quatro milhões, setecentos e trinta e nove mil, quinhentos e oitenta e nove reais e doze centavos), demonstrando situação favorável na gestão orçamentária. Considerando as Transferências Financeiras Recebidas para execução orçamentária (Cotas) e Transferências Financeiras Concedidas para a execução orçamentária, temos um Superávit efetivo de R\$ 4.742.281,33 (quatro milhões, setecentos e quarenta e dois mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e três centavos), representando 2,50% da execução da receita, conforme tabela abaixo:

Receitas Realizada	189.557.218,85
Despesas Executadas	184.817.629,73
Superávit	4.739.589,12
Transferências Financeiras Recebidas para Execução Orçamentária	2.692,21
Transferências Financeiras Concedidas para Execução Orçamentária	0,00
Saldo das Transferências	2.692,21
Superávit	4.739.589,12
Superávit efetivo	4.742.281,33

2.2.2 Balanço financeiro

O Balanço Financeiro é uma demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos de caixa provenientes do exercício anterior e os que são transferidos para o início do exercício seguinte.



2.2.2.1 Ingressos e dispêndios

A receita orçamentária no período, no valor de R\$ 189.557.218,85 (cento e oitenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil, duzentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), somada às transferências financeiras recebidas no valor de R\$ 4.566,91 (quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e noventa e um centavos), os recebimentos extraorçamentários no valor de R\$ 6.596.761,70 (seis milhões, quinhentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e um reais e setenta centavos) e ao saldo do exercício anterior, no valor de R\$ 8.854.233,68 (oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos), foram suficientes para cobrir as despesas orçamentárias, no valor de R\$ 184.817.629,73 (cento e oitenta e quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos), os pagamentos extraorçamentários no valor de R\$ 12.501.727,11 (doze milhões, quinhentos e um mil, setecentos e vinte e sete reais e onze centavos), restando saldo de R\$ 7.693.424,30 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta centavos) para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. 114 a 117.

2.2.3 Balanço patrimonial

a) O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação.

b) O Balanço Patrimonial, às fls.119 e 120, demonstra uma situação positiva dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

I) O Ativo Circulante é maior que o Passivo Circulante no montante de R\$ 309.567.380,81 (trezentos e nove milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e um centavos), indicando que o órgão possui recursos para pagar as dívidas de curto prazo;

II) Não houve registro de Ativo Não Circulante e Passivo Não Circulante.

III) O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um superávit financeiro de R\$ 6.739.803,49 (seis milhões, setecentos e trinta e nove mil, oitocentos e três reais e quarenta e nove centavos), obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de R\$ 10.345.729,21 (dez milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, setecentos e vinte e nove reais e vinte e um centavos), com o Passivo Financeiro no valor de R\$ 3.605.925,72 (três milhões, seiscentos e cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais e setenta e dois centavos), conforme fl. 121 e 123.

IV) Não houve registros de saldo de bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, visto que a Unidade Gestora em análise, utiliza a estrutura física da Secretaria da Administração, conformidade justificado à fl. 162.



V) A conta contábil “Estoques”, fl. 119, apresenta saldo no valor de R\$ 34.676,72 (trinta e quatro mil, seiscentos e setenta e seis reais e setenta e dois centavos), que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. 171.

VI) A conta “Caixa e Equivalentes de Caixa”, à fl. 119, registra saldo no valor total de R\$ 7.157.746,20 (sete milhões, cento e cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e seis reais e vinte centavos), que confere com o Balanço Financeiro.

VII) O montante de “Caixa e Equivalente de Caixa” é composto pelo Limite de Saque com Vinculação de Pagamento disponibilizado pelo Tesouro na referida UG somados os saldos apresentados nas contas da conciliação bancária, às fls. 173, conferindo com os extratos destas, às fls. 174 a 221, conforme discriminação abaixo:

R\$ 7.152.859,96 (sete milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos) nas contas bancárias específicas;

R\$ 4.886,24 (quatro mil, oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos) limite de saque com vinculação de pagamento.

VIII) As contas do Passivo Circulante, às fl. 120, totalizam um saldo de R\$ 58.175.256,60 (cinquenta e oito milhões, cento e setenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

IX) Não há registro de saldo na conta “Passivo Não Circulante”, conforme fls. 120.

2.2.3.1 Passivo permanente

Verifica-se que a Unidade Gestora apresenta no Balanço Patrimonial no Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes, às fls. 121, um saldo no exercício atual de R\$ 55.499.107,55 (cinquenta e cinco milhões, quatrocentos e noventa e nove mil, cento e sete reais e cinquenta e cinco centavos), no Passivo Permanente. Este montante representa as despesas contabilizadas sem suporte orçamentário, ou seja, não transitaram pela Lei orçamentária Anual de 2019, elevando a despesa executada de R\$ 184.817.629,73 (cento e oitenta e quatro milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e nove reais e setenta e três centavos) para R\$ 240.316.737,28 (duzentos e quarenta milhões, trezentos e dezesseis mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e oito centavos).

No exercício anterior, não foi constituído saldo na conta de Passivo Permanente, fazendo um comparativo com o saldo do exercício de 2019, percebe-se que houve um aumento desses passivos. conforme demonstrativo às fls. 121.



2.2.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de R\$ 291.329.980,75 (duzentos e noventa e um milhões, trezentos e vinte e nove mil, novecentos e oitenta reais e setenta e cinco centavos) e Variação Patrimonial Diminutiva de R\$ 177.409.575,56 (cento e setenta e sete milhões, quatrocentos e nove mil, quinhentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) demonstrando resultado patrimonial positivo do período, no montante de R\$ 113.920.405,19 (cento e treze milhões, novecentos e vinte mil, quatrocentos e cinco reais e dezenove centavos) conforme demonstrado às fls. 124 a 126.

2.2.5 Demonstração de Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de R\$ 7.693.424,30 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta centavos), às fls. 133.

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresentou Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa no valor negativo de R\$ 1.160.809,38 (um milhão, cento e sessenta mil, oitocentos e nove reais e trinta e oito centavos), que somada ao Caixa e Equivalente de Caixa inicial no valor de R\$ 8.854.233,68 (oito milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e oito centavos) resultou num saldo de Caixa e Equivalente de Caixa Final de R\$ 7.693.424,30 (sete milhões, seiscentos e noventa e três mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e trinta centavos).

2.2.6 Restos a Pagar

a) Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de R\$ 3.446.367,10 (três milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, trezentos e sessenta e sete reais e dez centavos), deste montante, R\$ 2.525.045,50 (dois milhões, quinhentos e vinte e cinco mil, quarenta e cinco reais e cinquenta centavos) refere-se a restos a pagar processados e R\$ 921.321,61 (novecentos e vinte e um mil, trezentos e vinte e um reais e sessenta e um centavos) restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. 114.

b) Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercício anterior no valor de R\$ 6.918.082,59 (seis milhões, novecentos e dezoito mil, oitenta e dois reais e cinquenta e nove centavos), demonstrado às fls. 112, do qual foi liquidado e pago 6.617.370,19 (seis milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos e setenta reais e dezenove centavos), e cancelado R\$ 288.960,91 (duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e sessenta reais e noventa e um centavos), restando ainda um saldo de R\$ 11.751,49 (onze mil, setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e nove centavos), tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 157.



c) Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. 113, foi pago R\$ 175.487,89 (cento e setenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e nove centavos), não havendo cancelamento, restando um saldo de R\$ 53.959,16 (cinquenta e três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), tendo sido justificado em Nota Explicativa às fls. 157.

3. CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

O Relatório de Gestão, às fls. 45 a 70, consoante disposições do art. 10, inciso IV da Instrução Normativa TCE-TO nº 006/2003, demonstra que as atribuições da Secretaria de Administração, com contribuição do Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado Tocantins, foram desenvolvidas com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.433/2019, bem como nas ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.434/2019.

Houve acompanhamento e recomendações da execução do PPA e do orçamento, no primeiro e segundo quadrimestres do exercício em análise, pelos analistas da Controladoria-Geral do Estado, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das ações orçamentárias prevista na Lei Orçamentária Anual, conforme demonstrados a seguir:

3.1 Ações de Gestão

a) A execução das ações de gestão do Programa 1172 - Manutenção do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos, envolveram um total de 06 (seis) ações orçamentárias, sendo 1 (uma) de gestão física e 05 (cinco) de gestão financeira, as quais representaram um orçamento autorizado de R\$ 298.150.000,00 (duzentos e noventa e oito milhões e cento e cinquenta mil reais), demonstrando que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de 61,99% de execução, conforme quadro abaixo e análises e justificativas nos demonstrativos, às fls. 51 a 65.

Ações de Gestão Física por Programa

Meta Financeira								Meta Física			
Ação	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	E/A %	L/A %	Descrição da Meta	Prevista	Realizada	Execução %
Programa - 1172 - Manutenção do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos											
4322	226.142.863,00	0,00	226.142.863,00	175.632.715,74	174.773.381,20	77,66	77,28	Serviço prestado	2.000.000	2.932.636	146,63
Total	226.142.863,00	0,00	226.142.863,00	175.632.715,74	174.773.381,20	77,66	77,28				

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA



b) Na ação 4322, foi observado que desempenho financeiro foi de 77,66%, entretanto a execução da meta física foi de 146,63%, acima planejado, sendo os esclarecimentos apresentados pelos responsáveis da ação, conforme demonstrativo, às fls. 51 a 60.

Ações de Gestão Financeira por Programa

Ação		Meta Financeira						
Cód	Descrição	Orç. Inicial	Alteração	Autorizado	Empenhado	Liquidado	% E/A	% L/A
Programa - 1172 - Manutenção do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos								
9002	Reserva de Segurança	59.630.000,00	0,00	59.630.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4218	Manutenção de Recursos Humanos - PLANSAÚDE	2.750.000,00	0,00	2.750.000,00	2.092.411,93	2.092.411,93	76,08	76,08
4258	Manutenção de Serviços de Transporte - PLANSAÚDE	54.736,00	0,00	54.736,00	40.596,57	39.592,72	74,16	72,33
4196	Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos Gerais - PLANSAÚDE	8.817.417,00	-63.700,00	8.753.717,00	6.478.736,55	6.454.229,81	74,01	73,73
4242	Manutenção de Serviços de Informática - PLANSAÚDE	754.984,00	63.700,00	818.684,00	573.168,94	536.692,46	70,01	65,55
Total Geral		72.007.137,00	0,00	72.007.137,00	9.184.913,99	9.122.926,92	12,75	12,66

FONTE: Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária e do PPA

4. TRANSFERÊNCIAS E RECEBIMENTOS DE RECURSOS POR FONTE MEDIANTE CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, TERMOS DE PARCERIA OU OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES

No que concerne ao Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins não houve recebimento de recursos de convênio da União, conforme demonstrado no Anexo 10, às fls. 103, assim como não houve recursos concedidos aos municípios e entidades sem fins lucrativos, conforme demonstrado anexo 2, às fls. 101 e 102.

5. REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS, DOS ATOS RELATIVOS A DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, BEM COMO DOS CONTRATOS.

Os aspectos relativos à legalidade e regularidade dos atos e procedimentos adotados na aplicação dos recursos públicos referentes à **Secretaria de Administração e seus Fundos Vinculados**, foram parcialmente acompanhados e fiscalizados pela Controladoria-Geral do Estado.

Com base na Instrução Normativa nº 01/2017 que dispõe e disciplina a obrigatoriedade do envio de processos para a Controladoria, foram analisados 03 processos, sendo 02 (dois) concernentes à adesão em ata de registro de preços e 01 (um) de dispensa de licitação, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução



processual e adequação às normas, e, ainda, a Controladoria dedica-se a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, realizando atendimentos presenciais e telefônicos para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitações, dentre outras.

6. AUDITORIAS E INSPEÇÕES REALIZADAS

Durante o exercício de 2019 foi dado início a 1 (uma) Auditoria na Secretaria da Administração, especificamente no Fundo de Assistência a Saúde dos Servidores Públicos, ressaltamos, que na presente data os procedimentos fiscalizatórios estão em fase final, demandando somente a elaboração do Relatório de Auditoria e o respectivo contraditório e ampla defesa, e tão logo finalizado, haverá a remessa ao Tribunal de Contas do Estado.

TIPO	ÓRGÃO	OBJETIVO	INSTRUMENTO
Auditoria de Regularidade	Secretaria de Estado da Administração	Examinar a legalidade, legitimidade e economicidade dos atos de gestão, quanto ao aspecto contábil, financeiro, orçamentário e operacional, nos exercícios financeiros, que compreendem os anos de 2017 a 2019.	Portaria CGE nº 202/2019/GABSEC, de 05 de setembro de 2019, que instaura Auditoria de Regularidade no âmbito da Secretaria de Estado da Administração, especificamente junto ao Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins - Plansaúde (Diário Oficial do Estado nº 5.436, de 06 de setembro de 2019).

7. CUMPRIMENTO, PELO ÓRGÃO, DAS DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO EXERCÍCIO EM REFERÊNCIA

Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins e o Tribunal de Contas da União, não realizaram Auditoria de Regularidade no Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins, no exercício em análise, conforme informado às fls. 281.

8. POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS

a) O Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Tocantins não possui quadro de servidores, conforme Declaração às fls. 224.



b) Infere-se ainda que os servidores responsáveis pelo Fundo estão quites com a apresentação da Declaração de Bens e Renda, conforme declaração emitida pelo Diretor de Administração e Finanças às fls. 226.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Edson Cabral de Oliveira, Sebastião Albuquerque Cordeiro, Cleomar Arruda Silva e outros** relacionados neste processo, às fls. 05 a 07, **COM RESSALVAS** aos itens **2.2.1.1, 2.2.1.2, 2.2.1.3, 2.2.3.1 e 2.2.6 alínea “b” e “c”** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 26 dias do mês de fevereiro de 2020.

Assinado eletronicamente

Regiane Sousa Chaves
Analista/PPA

Assinado eletronicamente

Anne Carlos da Silva
Analista/Contador

Assinado eletronicamente

José Roberto Almeida Guimarães
Analista/Economista

Assinado eletronicamente

Wellington Júnior Silveira
Gerente de Auditoria em Governança e
Gestão Administrativa

Assinado eletronicamente

Eva Moreira Martins Santos
Diretora de Auditoria e Fiscalização

Assinado eletronicamente

Kilvania Rodrigues de Melo Miranda
Diretora de Controle da Gestão
Governamental e Prevenção à Corrupção

I – De acordo;

II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise e emissão do competente Parecer de Auditoria.

Em 26/02/2020.

Assinado eletronicamente

Benedito Martiniano da Costa Neto
Superintendente